

CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DA TOPOLOGIA BANCÁRIA NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA PROPOSTA À ANÁLISE DA DINÂMICA TERRITORIAL NA FRONTEIRA¹

CONCENTRATION AND DISPERSION OF BANKING TOPOLOGY IN THE STATE OF RONDÔNIA: A PROPOSAL FOR ANALYSIS OF TERRITORIAL DYNAMICS AT THE BORDER

Fábio Brito dos Santos²
Décio Keher Marques³
Edwarda de Paula Soares Ojopi⁴
Roniél Vinícius Marques Fagundes⁵

Resumo: A finança, variável chave da dinâmica econômica e da reprodução dos interesses hegemônicos, cria novas políticas reinventando-se por meio de formas diversas de circulação do dinheiro no território brasileiro. Contudo, ainda que mantenha autonomia relativa na reprodução do atual período, depende também de mecanismos que contribuem para a expansão da capilaridade das atividades financeiras. Ademais, esta reprodução, entretanto, realiza-se em consonância com os novos arranjos organizacionais submetidos, por sua vez, às intencionalidades de inúmeros agentes, em especial os bancos. Essa lógica também não escapa aos bancos que possuem uma rede diversificada de fixos geográficos por todo o território nacional (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco etc.), em particular no estado de Rondônia. Dessa forma, partindo de uma concepção geográfica da relação da finança com o território, buscou-se apresentar um panorama da distribuição da rede bancária no território rondoniense.

Palavras-chave: Concentração e dispersão; Topologia bancária; Fixos geográficos; Rondônia.

Abstract: The finance, a key variable of economic dynamics and the reproduction of hegemonic interests, creates new policies reinventing itself through different forms of money circulation in the Brazilian territory. However, while maintaining relative autonomy in the reproduction of the current period, it also depends on mechanisms that contribute to the expansion of the capillarity of financial activities. This reproduction, however, takes place in line with the new organizational arrangements submitted, in turn, to the intentionalities of

¹O presente artigo é resultado de um projeto de pesquisa intitulado *Uso do território e topologia bancária: uma análise da atuação das instituições financeiras no estado de Rondônia*, desenvolvido no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRO)/Campus Guajará-Mirim e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

²Mestre em Geografia Humana; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: fabio.brito@ifro.edu.br

³Mestre em Educação Escolar; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: decio.marques@ifro.edu.br

⁴Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: edwardaojopi@gmail.com

⁵Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. E-mail: ronielmarquea123@gmail.com

numerous agents, especially the banks. This logic also does not escape the banks that have a diversified network of geographic fixed throughout the national territory (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco etc.), in particular in the state of Rondônia. Thus, starting from a geographical conception of the relationship of finance with the territory, we intend to present an overview of the distribution of the banking network in the rondoniense territory.

Keywords: Concentration and dispersion; Banking topology; Geographic fixed; Rondônia.

Introdução

A dinâmica atual das finanças, no território, está ligada ao movimento de intervenção da ordem global que tem estimulado, nos diferentes países, políticas voltadas para a criação de formas mais eficazes de circulação do dinheiro. No caso do Brasil, novas formas-conteúdo foram se integrando às instituições financeiras que adentraram no país, bem como às já existentes. Assim, a redefinição dos conteúdos técnicos e informacionais em escala mundial, serviram para intensificar o controle sobre o direcionamento das economias dos países subdesenvolvidos. Essas intervenções, por um lado, fizeram com que o território brasileiro sofresse, sensivelmente, uma modernização em curto prazo, por outro, produziu resultados negativos nas estruturas econômica e social a respeito à inserção de nexos financeiros ligados ao cotidiano de sua população, tal como a ideologia do consumo conspícuo.

À luz dos progressos da ciência e da técnica, a renovação da base material, responsável por facilitar os fluxos de dinheiro no território, configura-se em consonância com os novos arranjos organizacionais submetidos, por sua vez, à intencionalidade de agentes diversos, frequentemente, alheios à escala do lugar. Logo, como a atuação dos bancos se dá sob a égide do mercado, a organização financeira do território tende a se constituir de maneira seletiva, privilegiando as zonas economicamente mais desenvolvidas.

Nesse sentido, a má distribuição de recursos financeiros no país, resultado da grande discrepância econômica nos diferentes pontos do território e da concentração bancária que a segue, desencadeou um alargamento da centralidade de centros mais dinâmicos, levando ainda a um aumento do grau de dependência de outros maiores. Essa concentração reflete, em grande parte, a produção de liquidez que demandam os bancos, principalmente por meio da drenagem de recursos das áreas mais pobres para concentrá-los nos lugares com crescimento mais robusto.

A rarefação de serviços financeiros nas zonas mais opacas do território é expressão da falta de um desenvolvimento econômico nesses lugares. Ao considerar tal fenômeno podemos asseverar que a concentração e dispersão bancárias explicam a ausência de políticas

financeiras consistentes para o desenvolvimento das áreas mais “letárgicas” do país. Segundo Adriana Amado (2006, p. 152) é possível entender que “[...] dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a volatilidade da base de informações é menor”.

Acontece que os investimentos das empresas instaladas no território brasileiro são causa do fortalecimento de atividades não muito relevantes para as demandas das áreas mais pobres, não promovendo elos importantes com a economia dos lugares menos desenvolvidos, os enxergando, apenas, como recurso a ser explorado, estimulando, assim, a ampliação das desigualdades já existentes na rede urbana. Com a realidade bancária, não tem sido diferente, mantendo laços cada vez mais verticais com os lugares, a exemplo daqueles que apenas possuem correspondente bancário, um fixo geográfico que funciona como meio de drenagem de recursos para os centros financeiros do país. Apesar do aumento de fixos bancários desde a década de 2000, a maior parcela permanece ainda nas áreas mais dinâmicas, resultado do desnivelamento da rede urbana nacional.

Concomitantemente, a concentração bancária é um fenômeno importante na análise do comportamento dos lugares, e sua hierarquia no sistema de cidades, sendo que as bases para esse processo se dão através da reestruturação do capital, uma lógica capaz de alterar a divisão territorial do trabalho. As instituições financeiras, por representarem também tal lógica, assumem sua irracionalidade, nesse sentido.

É nessa perspectiva que a pesquisa tem nos permitido investigar a difusão da topologia bancária no território de Rondônia e sua relação com os lugares, procurando destacar, sobretudo, a relevância da presença de fixos geográficos (agências, postos de atendimento, correspondentes etc.) nos municípios rondonienses como forma de entender a relação que as instituições financeiras possuem com os lugares.

Ademais, o trabalho insere-se no rol de uma pesquisa desenvolvida na fronteira Brasil-Bolívia e suscita a discussão das finanças com o território brasileiro, sendo que a rede bancária é a grande expressão territorial da atuação de agentes financeiros que usam e abusam dos recursos materiais e imateriais que os lugares fronteiriços e não fronteiriços lhes oferecem.

O caminho teórico metodológico percorrido no desenvolvimento da pesquisa

Não é algo recente a preocupação da Geografia com os processos espaciais desencadeados pela ação das finanças. Geógrafos clássicos como Jean Brunhes (1925) já demonstravam interesse pelo tema em seus escritos. Logo mais, Jean Labasse (1974) desenvolve estudos sobre a rede bancária na França. Decerto, ao passo que a finança vai ganhando importância na construção do meio geográfico, esta desperta a necessidade de estudos mais aprofundados, atribuindo-lhe maior espaço na agenda dos geógrafos. À guisa de exemplo, pode-se apreender a obra de Santos ([1979] 2004; 1999; [1993] 2005; [2000] 2008) e, paralelamente, Corrêa (1989; [1993]), afora importantes trabalhos desenvolvidos por Dias (1992; 2005; 2009), Contel (2006).

Com efeito, o processo de mundialização das finanças, fundamentado na liberalização dos conteúdos normativos e na produção de técnicas de automação e tecnologias da informação, tem se intensificado continuamente e fundamentado as bases para o fortalecimento da lógica neoliberal capitalista. Neste sentido, a técnica, a partir dos trabalhos de Ortega y Gasset ([1939] 1963), Santos ([1996] 2009) e Sánchez, (1991), constitui importante dado do mundo contemporâneo, e estudá-la é também um caminho para o entendimento da difusão dos fluxos financeiros que têm, nos objetos técnicos, o suporte para sua aceleração.

A sucessiva renovação da materialidade do território tem contribuído para a penetração de novas formas geográficas, mais capazes de intensificar os fluxos de dinheiro no território. Para Santos e Silveira ([2001] 2003) é o momento em que “[...] novos instrumentos financeiros são incorporados ao território”. Portanto, os processos desencadeados pela ação das finanças não se realizam de maneira isolada, mas pela integração de sistemas de engenharia. Trilhando neste sentido, Castells (2001), Dias (1995) e Santos ([1996] 2009) nos mostram caminhos possíveis para o entendimento de tais processos, ao identificarem a importância das redes para o entendimento do espaço geográfico neste período. Assim, o sistema bancário está entre os que, de forma mais expressiva, conseguiu se beneficiar de tais avanços conduzindo a uma internacionalização financeira, como apontou Chesnais (1996).

A propósito, não se deve esquecer que a norma, Antas Jr. (2005) e Santos ([1996] 2009), também é um elemento importante no entendimento de como a finança se comporta no espaço. Ademais, a partir do olhar geográfico sobre a dinâmica provocada pelas finanças, pode-se destacar ainda os trabalhos de Contel (2001; 2006) e Medeiros (2013). Estes, entre

outros estudos, assinalam a efetivação de um crescente processo de “financeirização do território e da sociedade” (SILVEIRA, 2009) que, atualmente detém, numa grande parcela de pobres, um caminho promissor à sua expansão.

Com efeito, a noção de território usado autoriza uma interpretação particular à Geografia acerca da atuação do aparelho bancário, permitindo apreendê-lo a partir dos agentes que interferem nos fluxos financeiros, cuja difusão apresenta variações em função das especificidades existentes no território. Assim sendo, buscou-se investigar o objeto em análise na perspectiva do território usado, notadamente a partir das contribuições de Santos ([1994] 1996) e Souza (1994).

Os sistemas técnicos como meio na realização da atividade bancária

A sofisticação dos sistemas técnicos permitiu uma maior fluidez aos sistemas de ações das organizações financeiras (DIAS; LENZI, 2009), ampliando o alcance geográfico de fluxos de natureza diversa. Com efeito, o sistema bancário está entre os que, de forma mais expressiva, conseguiu se beneficiar de tais avanços. Ademais, a criação de novas formas geográficas possibilitou uma progressiva expansão da topologia bancária, aumentando também sua capilaridade no país.

Pressionados a acompanhar os avanços técnicos do sistema bancário, o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional concebem uma série de liberalizações normativas no sentido de oferecer maior fluidez à atividade financeira. Nesse sentido, diversas normas criadas conseguiram regular o padrão de ação dos agentes financeiros no território, autorizando assim, a geografização de sistemas técnicos necessários à ampliação das bases para a expansão das finanças no território nacional. Logo, isso impulsionou a novas determinações financeiras em lugares mais pobres.

Além da difusão da rede bancária, há uma diversificação dos fixos geográficos (agências, postos de atendimento, caixas eletrônicos, correspondentes) que a formam, com a introdução de sistemas técnicos com maior poder de automação e alcance geográfico que, por sua vez, constituem num dos principais mecanismos dessa nova racionalidade das finanças. Cabe advertir que o uso do território pelas instituições financeiras difere também segundo o tipo de agente envolvido.

No que se refere aos bancos privados, por exemplo, verifica-se que a maior capilaridade de suas formas bancárias se faz acompanhada por um intenso processo de

drenagem de recursos das zonas opacas do território. A fragmentação da atividade bancária, assim como a precarização do trabalho no mundo dos bancos, são algumas das tendências e resultados desse processo de capilaridade das finanças que se ramifica de forma desigual no país (JINKINGS, 2001).

Do ponto de vista dos clientes, o maior fracionamento da atividade bancária – seguido pelo maior fatiamento das receitas geradas por essa atividade – se reflete numa maior facilidade para o oferecimento e obtenção de produtos financeiros, sobretudo o crédito. Contudo, em condições de difícil liquidação da dívida, devido às altas taxas cobradas pelos bancos que reclamam maior parte nas suas receitas, o resultado destas novas topologias e tipologias bancárias é um progressivo endividamento da sociedade.

Esse mesmo processo trouxe à luz uma maior percepção do Governo acerca das disparidades sociais que se gestavam no território, concomitantemente à difusão de um meio técnico-científico informacional. Logo, o aparelho bancário enquanto mecanismo de drenagem e irrigação de recursos converte-se em objeto de grande interesse, pois passa a cumprir papel essencial no processo de “organização” financeira do território. A esse respeito, Contel (2006, p. 63) assevera que “A existência de atores públicos em regiões menos desenvolvidas de qualquer território contribui para evitar a concentração dos capitais nas cidades e nas regiões mais dinâmicas destes mesmos espaços.” A isso deve-se aos bancos públicos.

Atualmente, os bancos constituem um grupo importante de agentes no controle de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, uma hipótese a considerar é que a difusão da topologia bancária e a ação por parte desses atores depende de alguma forma, das relações estabelecidas, não somente com o setor privado, mas especialmente com inúmeras atividades do setor público. Este último, de alguma maneira, acaba por ser relevante na criação de alguns mecanismos fundamentais para que as instituições financeiras angariem parcela dos recursos direcionados à esfera social.

Por conseguinte, não se pode esquecer que os bancos demonstram maior interesse pelas áreas tecnicamente mais densas, como bem é possível entender a partir da distribuição da rede bancária no país que se expressa paralelamente ao comportamento da rede urbana nacional (CORRÊA, 1989). Quer dizer, alguns lugares acabam por estabelecer relações hierárquicas com a maioria, tendo em vista a concentração de diversas atividades importantes e de capitais ampliada com uma divisão internacional do trabalho cada vez mais intensa.

Esses lugares carregam o peso de um processo histórico de transformação baseado em interesses em sua maioria forâneos, especialmente de agentes capazes de determinar ordens e modelar as bases técnicas para a concretização de seus interesses, o que gera uma agressiva desigualdade espacial, mas principalmente de uma densidade de sistemas técnicos cada vez mais seletivos.

Contudo, os espaços mais opacos do território também não escapam à lógica de interesses dos atores hegemônicos, especialmente do setor bancário. Como inferido, a topologia segue a densidade da rede urbana nacional, porém, com a instalação das novas bases técnicas e informacionais, e a invenção de novas formas de financeirização, cada espaço do território é alvo de inúmeras disputas por parte dos agentes financeiros.

Com isso, apesar da intensa capilaridade das instituições financeiras – especialmente dos bancos públicos no território brasileiro – através de novos canais de atendimento (Correspondentes, Caixas Eletrônicas, Internet Banking, Mobile Banking etc.) a chamada topologia bancária tradicional (Agências e Postos de Atendimento) tem sido ampliada com o objetivo de intensificar a atuação desses agentes nos lugares com menor expressão econômica. Em parte, isso se deve à atuação dos Correspondentes que atuam como um mecanismo, não apenas de drenagem e canalização de recursos, mas de autoconhecimento da realidade onde estão instalados (SILVA; JAYME JR., 2013).

Por outro lado, é importante também atentar para o papel da economia do setor público no aumento da capilaridade dos bancos nos lugares mais opacos, especialmente, os municípios com maior rarefação técnica e dinâmica econômica pouco expressiva. Nesse sentido, alguns elementos, típicos da economia do setor público, acabam por ser um canal de atração dos bancos que enxergam a possibilidade de expandir suas políticas e aumentar sua capilaridade, além de controlar alguns seguimentos da estrutura social e econômica desses lugares.

Assim, é importante elencar algumas questões que dizem respeito à forma como os bancos acabaram por ser expressivos agentes na execução da maioria das atividades das esferas governamentais públicas, especialmente dos municípios que são uma fonte para angariar recursos financeiros. As Prefeituras, através da administração da Folha de Pagamento de seus servidores, fornecedores, arrecadação de tributos etc., por exemplo, aparecem como elemento importante na expansão da topologia bancária no país, especialmente dos bancos públicos (SANTOS, 2018).

As novas técnicas e as tecnologias da informação são elementos importantes na efetivação das novas formas de modernização do setor público, a exemplo da instalação do Sistema de Folha de Pagamento nas Prefeituras Municipais. Nesse sentido, os bancos revelam grande interesse em manter relações cada vez mais intensas com a economia do setor público no Brasil, primeiro por que a possibilidade de angariar clientes é maior e a aumentar sua política de atuação nos lugares com menos expressividade econômica depende, em grande parte, do setor público para promover a infraestrutura necessária para a instalação, por exemplo de uma agência bancária em lugares com menos de dois mil habitantes.

Organização e atuação das instituições financeiras em Rondônia

À luz do surgimento de novas formas de prestação de serviços financeiros e em face dos recentes arranjos normativos criados para responder à capacidade crescente de circulação do dinheiro no território, assistimos, neste início de século, a uma nova configuração da topologia bancária no país. No atual quadro de hipercapilaridade das finanças (CONTEL, 2006), a organização espacial de cada fixo geográfico financeiro, aparece entremeada por fatores externos, sejam eles ligados aos avanços das técnicas bancárias ou mesmo às conjunturas políticas nacionais e internacionais de regulação, conforme anteriormente exposto.

Não obstante, a diversificação contemporânea da topologia bancária e o maior alcance territorial das redes de informação, permitiram que, através de distintos modos, a firma bancária se fizesse presente em lugares que, até antes da virada do século, eram desprovidos de atividades dessa natureza. A propósito dessa nova realidade, como salienta Milton Santos

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possam ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (transformação dos ejidos, os campos comunitários do México, ou dos latifúndios no Brasil, ambos condenados pelas grandes organizações mundiais financeiras). (SANTOS, [1994] 2008, p. 14).

A despeito desse caráter auto induzido e despótico do sistema bancário, o conteúdo dos lugares se reafirma como condição de oportunidade para a instalação de seus fixos. Esse

campo de forças entre o dinheiro (que a tudo busca se impor) e o território (que por sua vez possibilita sua circulação) é o que dá sentido à configuração da topologia bancária.

Na verdade, a ampliação da capilaridade financeira em Rondônia representa um processo ainda em curso. Em virtude, sobretudo, da reestruturação bancária ocorrida na segunda metade da década de 1990, o estado assistiu a uma retração do número de fixos bancários tradicionais, que passou de 185 em 1994 para 103 em 2000. A partir de então, sob o influxo do fortalecimento dos bancos federais e das políticas de inclusão financeira adotadas pelo Governo Federal, verificou-se não apenas uma ampliação do número de fixos bancários (agências e postos de atendimento), mas igualmente um grande aumento do número de municípios assistidos por serviços desse setor. Em 2010 já haviam no território rondoniense 109 agências e 35 postos de atendimento. Atualmente, esses fixos somam 140 agências e 447 postos de atendimento. (RELATÓRIO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS MENSIS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, Set./2017).

Além disso, o segmento para o qual cada instituição financeira está autorizada pelo Banco Central a direcionar seus recursos, é um dado revelador de seu mercado potencial e, por conseguinte, da parcela do território que melhor atende aos interesses de cada firma bancária. Observe a Tabela 1 das instituições financeiras atuantes Rondônia.

Tabela 1 - Rondônia: rede de fixos geográficos por instituição financeira (2019)

Continua

Instituição Financeira	Fixo Geográfico						Corresp. ⁶
	Agência	PAA ¹	PAB ²	PAC ³	PCO ⁴	PAE ⁵	
Banco do Brasil	47	6	2			122	190
Banco Bradesco	36	26	6			84	483
Caixa Econômica Federal	27		5			39	216
Banco da Amazônia	14						
Itaú Unibanco	13					2	219
Banco Santander	3		3				28
Banco Triângulo		1					
Banco Agibank							1
Banco BMG							63
Banco Bradescard							28
Banco Bradesco Financiamentos							119
Banco BS2							12
Banco CBSS							1
Banco Cetelem							15
Banco Cifra							59
Banco CNH Industrial Capital							8

Continuação

Instituição Financeira	Fixo Geográfico						Corresp. ⁶
	Agência	PAA ¹	PAB ²	PAC ³	PCO ⁴	PAE ⁵	
Banco Crefisa							8
Banco CSF							3
Banco Daycoval							7
Banco de Lage Landen							8
Banco do Estado do Rio Grande do Sul							14
Banco GMAC							2
Banco Industrial do Brasil							1
Banco Honda							5
Banco J. Safra							13
Banco John Deere							4
Banco Losango							141
Banco Mercedes-Benz							2
Banco Olé Bonsucesso Consignado							21
Banco Pan							37
Banco Psa Finance							2
Banco RCI							3
Banco Semear							23
Banco Toyota							3
Banco Triangulo							177
Banco Volkswagen							7
Banco Western Union							50
Banco Yamaha Motor							10
Banco de Crédito E Varejo							60
BV Financeira							110
Alfa Arrendamento Mercantil							1
Associação de Poupança e Empréstimo		1					
Aymoré							84
Cifra							1
Crefisa							8
Financeira Alfa							1
Mercedes-Benz Leasing							2
Jbcred							5
Midway							1
Omni							1
Negresco							27
Pan Arrendamento Mercantil							8
Portocred							1
Realize							1
Safra Leasing							13
Sax							2

Conclusão

Instituição Financeira	Fixo Geográfico						Corresp. ⁶
	Agência	PAA ¹	PAB ²	PAC ³	PCO ⁴	PAE ⁵	
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados UniRondônia Ltda.				4			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Sul Rondoniense				25			43
Cooperativa de Credito do Centro do Estado de Rondônia				15			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Machado				14			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale Madeira-Mamoré				12			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste da Amazônia Ltda.				10			
Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de Rondônia				10			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia				9			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Jamari				9			
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Univales				7			12
Cooperativa de Crédito Capital Forte				4			
Cooperativa de Crédito do Norte de Rondônia Ltda.				3			
Cooperativa de Credito do Centro Leste de Rondônia Ltda.				3			
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sudoeste Rondoniense Ltda.				2			
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes das Carreiras Jurídicas e dos Serventuários de Órgãos da Justiça e Afins, no Estado de Rondônia				2			
Cooperativa de Crédito e Investimento D'Oeste de Rondônia				2			
F. D'Gold - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.					2		
OM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.					1		

¹ Posto de Atendimento Avançado

² Posto de Atendimento Bancário

³ Posto de Atendimento Cooperativo

⁴ Posto de Compra de Ouro

⁵ Posto de Atendimento Eletrônico

⁶ Correspondente

Fonte:

Banco Central do Brasil (Relação de Agências, Postos e Filiais de Administradoras de Consórcio; Correspondentes no País) – Posição referente a julho de 2019.

Organização de dados e elaboração gráfica:

Fábio Brito dos Santos.

Conforme pode ser verificado, ao todo, são 26 instituições financeiras que atuam em Rondônia, dentre elas pode-se observar caixa econômica, bancos múltiplos, bancos comerciais, banco regional, cooperativas de crédito e investimento, cooperativas de crédito, associação de poupança e empréstimo, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, instituições de arrendamento mercantil etc. Dessas instituições, destacam-se o Banco Bradesco, com uma rede de 635 fixos geográficos, o Banco do Brasil com 367 fixos e a Caixa Econômica Federal, com 287 fixos distribuídos pelo estado. Rondônia abriga atualmente 140 agências, 34 Postos Avançado de Atendimento, 16 Postos de Atendimento Bancário, 131 Postos de Atendimento Cooperativo, Postos de Compra de Ouro, 247 Postos de Atendimento Eletrônico e 2.580 Correspondentes.

Além disso, o segmento para o qual cada instituição financeira está autorizada pelo Banco Central a direcionar seus recursos, é um dado revelador de seu mercado potencial e, por conseguinte, da parcela do território que melhor atende aos interesses de cada firma bancária. atual quadro de hipercapilaridade das finanças (CONTEL, 2006), a organização espacial de cada fixo geográfico financeiro, aparece entremeada por fatores externos, sejam eles ligados aos avanços das técnicas bancárias ou mesmo às conjunturas políticas nacionais e internacionais de regulação, conforme anteriormente exposto.

Concentração e dispersão da rede bancária no território rondoniense

Do ponto de vista territorial, uma interpretação pertinente à densidade e rarefação desses fixos geográficos em Rondônia pode ser buscada na configuração da rede urbana do estado pois, conforme esclarece Silveira (2011, p. 12), “a finança é também uma condição insubstituível da atual divisão territorial do trabalho”. Consonante com essa perspectiva, Corrêa ([1989] 1994, p. 3) lembra que “a maior parte das agências bancárias controladas pelos bancos sediados nas grandes cidades brasileiras [...] situava-se na área de influência comercial de uma cidade que era campo de ação dos bancos neles sediados”. Ainda de acordo com Corrêa, a rede urbana,

Pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Essas funções [...] reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista. (CORRÊA, [1989] 1994, p. 70-71).

Esse conjunto de centros funcionalmente articulados se expressam no território rodoniense de forma bastante irregular e com uma hierarquia bem definida. Esta hierarquia foi configurada a partir das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado em cada período de sua história, e as centralidades que delas emergiram. No estado, que atualmente possui 52 municípios, reside uma miríade de pequenos núcleos urbanos, situados sob o raio de influência de algumas cidades maiores, que detêm a maior parte dos fixos bancários ali instalados.

A concentração bancária é um fenômeno importante na análise do comportamento dos lugares, e sua hierarquia no sistema de cidades, sendo que as bases para esse processo se dão através da reestruturação do capital. As instituições financeiras, por representarem também tal lógica, assumem sua irracionalidade, nesse sentido. Sobre essa questão, já afirmava Lenin ([1917] 1979, p. 36) que “Seja como for, em todos os países capitalistas, e qualquer que seja a sua legislação bancária, os bancos reforçam e aceleram consideravelmente o processo de concentração dos capitais e de formação de monopólios”.

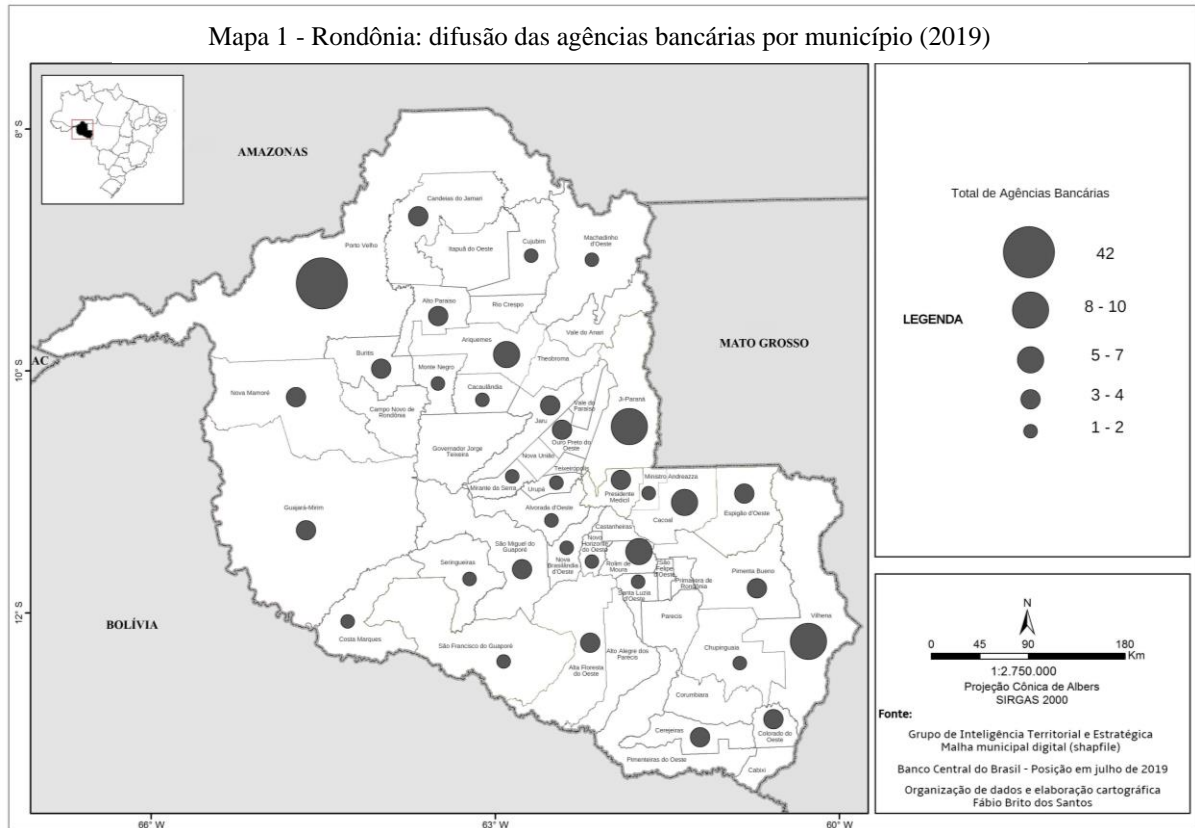
Do total são 35 municípios com a presença de agência bancária e 17 com Postos de Atendimento. Ou seja, todos os municípios são atendidos por fixos geográficos tradicional, entretanto, há também paralelamente a presença dos Correspondentes que são agentes com atividade de baixo custo de manutenção para as instituições financeiras e que realizam operações mais simples que os fixos mais robustos como os anteriores. Os mapas 1, 2 3 e 4 apontam para a distribuição de fixos geográficos (tradicional e contemporâneos) no território de Rondônia.

As agências bancárias estão entre os fixos mais importantes das instituições financeiras. Este fixo geográfico, geralmente é,

Destinado ao atendimento a clientes e ao público em geral no exercício de atividades da instituição, não podendo ser móvel ou transitória. No caso dos bancos comerciais, dos bancos múltiplos com carteira comercial e da Caixa Econômica Federal, as agências têm de dispor de guichês de caixa e de atendimento presencial. São, em geral, os pontos de atendimento que oferecem a maior variedade de serviços das instituições financeiras. (SANTOS, 2018, p. 75).

Em Rondônia, há uma concentração de agências em poucos lugares, sendo que isso nos permite pensar na distribuição desigual recursos, já que as agências bancárias são

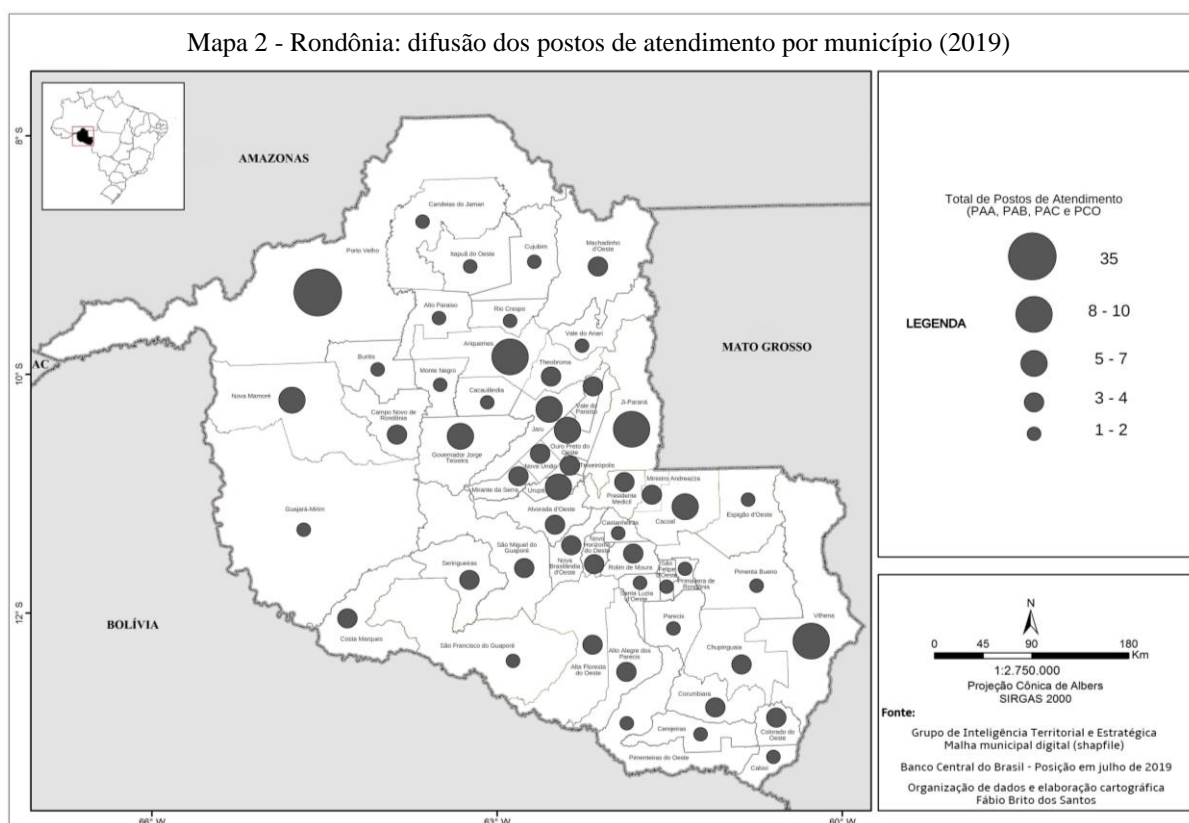
dependências que tratam de realizar atividades de grande envergadura na atividade bancária. O mapa 1 nos permite observar como se distribui esse fixo em Rondônia.



Atualmente, os bancos constituem um grupo importante de agentes no controle de diversas atividades econômicas. Nesse sentido, uma hipótese a considerar é que a difusão da topologia bancária e a ação por parte desses atores depende de alguma forma, das relações estabelecidas, não somente com o setor privado, mas especialmente com inúmeras atividades do setor público.

A ampliação da capilaridade financeira em Rondônia representa um processo ainda em curso. Em virtude, sobretudo, da reestruturação bancária ocorrida na segunda metade da década de 1990, o estado assistiu a uma retração do número de fixos bancários tradicionais, que passou de 185 em 1994 para 103 em 2000. A partir de então, sob o influxo do fortalecimento dos bancos federais e das políticas de inclusão financeira adotadas pelo Governo Federal, verificou-se não apenas uma ampliação do número de fixos bancários (agências e postos de atendimento), mas igualmente um grande aumento do número de municípios assistidos por serviços desse setor.

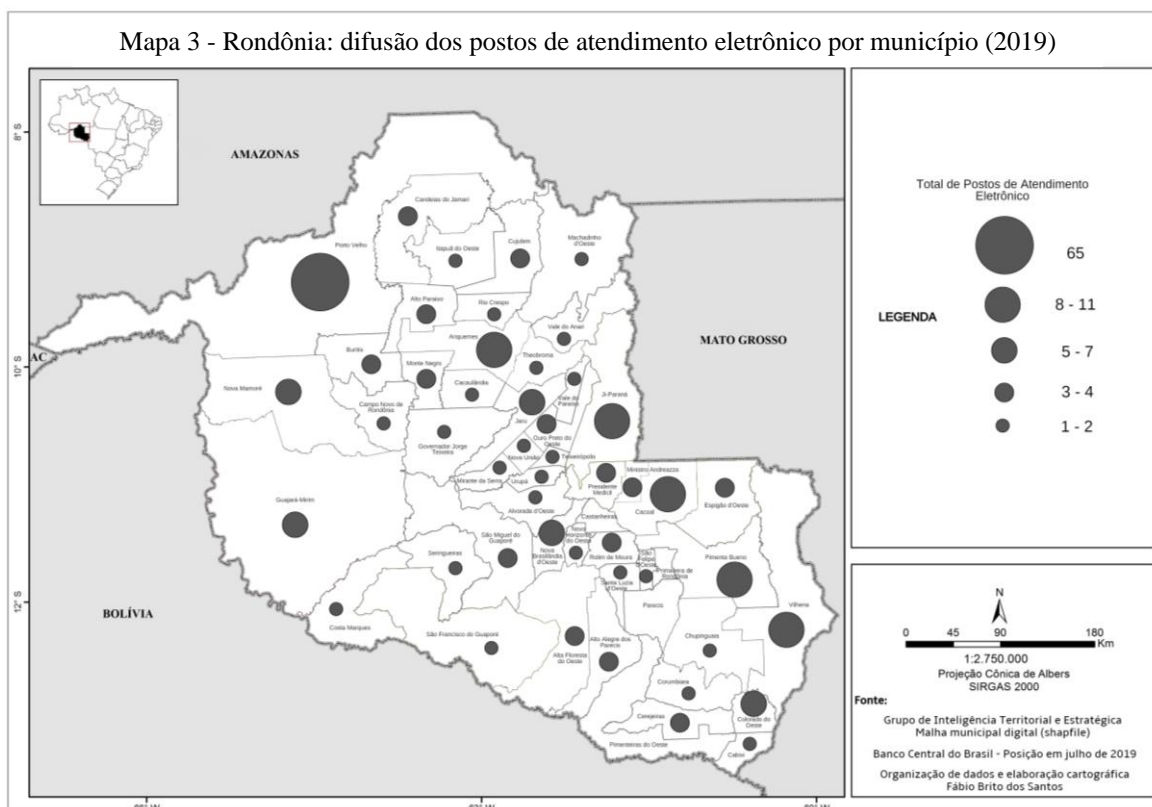
Os mapas 2 e 3 apontam para a difusão da dos postos de atendimento (PAs) dos em Rondônia. Os postos de atendimento são um conjunto de fixos geográficos estabelecido pelo Banco Central do Brasil a partir de 2012, subordinados à agência ou à sede de uma instituição financeira, destinados ao atendimento ao público no exercício de uma ou mais atividades, podendo ser fixa ou móvel. O mapa 2 faz alusão a um conjunto de postos de atendimento que compõe a topologia tradicional em Rondônia, o Posto de Atendimento Avançado (PAA), o Posto de Atendimento Bancário (PAB), o Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) e o Posto de Compra de Ouro (PCO).



Ademais, é possível também encontrar outra forma de atuação física na rede bancária em Rondônia, o Posto de Atendimento Eletrônico (PAE). Este é um fixo bem mais automatizada. Constituído por um ou mais terminais de autoatendimento, subordinados à agência ou à sede da instituição, destina-se à prestação de serviços por meio eletrônico, podendo ser fixo ou móvel, permanente ou transitório. Um PAE é constituído por um ou mais ATM⁶. A partir de 2002, o PAE passou a ser instalado em qualquer localidade do país,

⁶ ATM (*Automated Teller Machine*) é “um Equipamento eletromecânico que funciona como caixa de autoatendimento na realização de saques, pagamentos, transferências, consultas, entre outras operações, mediante utilização de cartão e senha.” (SANTOS, 2018, p. 93).

inclusive em município em que a instituição financeira não mantenha qualquer tipo de dependência. Assim como em escala nacional, os caixas eletrônicos são canais de atendimento presentes em grande parte da rede de atendimento tradicional em Rondônia, como pode ser observado no mapa 3.



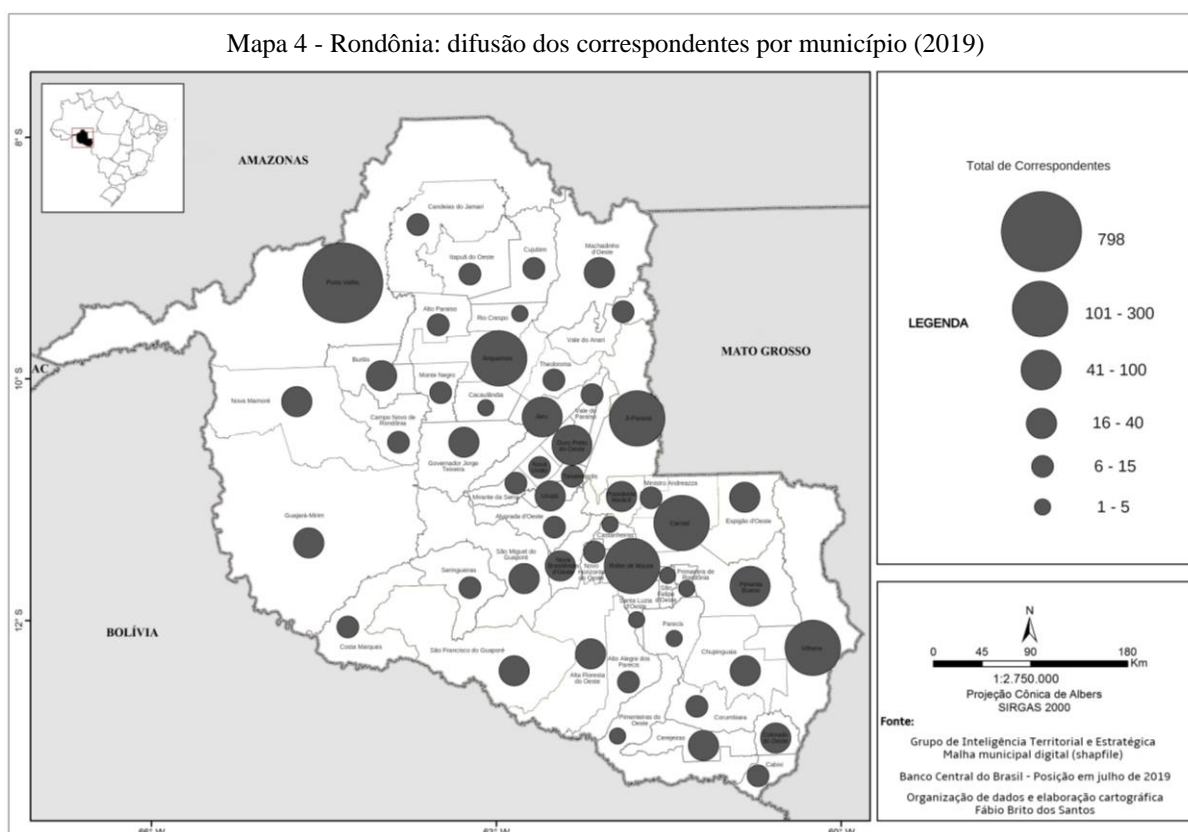
É importante ressaltar que um dado importante do aumento tanto da atividade bancária como também da acessibilidade da população aos serviços e produtos financeiros no país se deve ao incremento de novos objetos técnicos, o que aumentou “sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito”. (CONTEL, 2009, p. 128). Essa difusão dos serviços financeiros impulsionou mudanças na organização do espaço e no uso do território pelas instituições financeiras, sendo que a utilização de canais para drenagem e irrigação de recursos passou a ser um dos temas mais relacionados à nova estratégia do sistema financeiro nacional (SFN).

Nesta nova feição da topologia bancária, outro fixo geográfico merece destaque, os correspondentes. Estes, emergiram como uma das principais novidades do período atual. Há de se destacar que vários trabalhos já trataram do tema, alguns brevemente outros mais a fundo. Nesse sentido é necessário apontar as contribuições de Contel (2006), Dias e Lenzi (2009), Medeiros (2013) e Diniz (2010) que trataram já o tema dentro da proposta de estudar

a dinâmica da topologia bancária no país e a dimensão que a capilaridade das finanças tomou desde os anos 2000.

De forma sintética, o correspondente pode ser entendido como um “fixo geográfico bastante simples do ponto de vista de sua operacionalidade; e, portanto, muito mais flexível em relação à sua localização potencial. (CONTEL, 2006, p. 236). Para além disso, não há necessidade de grande quantidade de capital para sua instalação, já que se utiliza de pontos fixos já existentes para sua atuação, demandando manutenção mínima por parte da instituição financeira contratante do serviço.

Em Rondônia, além de já termos apresentado anteriormente o número de correspondentes por instituição financeira, é possível perceber que a quantidade desse fixo geográfico difundida por município é bem maior em relação aos fixos mais tradicionais como mostra o mapa 4.



O que nos chama a atenção nesse processo é que os bancos comerciais e a Caixa Econômica Federal, com sua estratégia de criar políticas de reprodução de capital e lucro com o mínimo custo e responsabilidade possível, criaram, por meio dos correspondentes, uma

forma expressiva de flexibilização do trabalho e a conseqüente expansão do processo de terceirização no sistema bancário.

No âmbito dessa redefinição de normas para a atuação de correspondente bancário, pode-se dizer que há uma terceirização que “representa uma estratégia através da qual um terceiro, em condições de parceria, com competência, especialidade e qualidade, produz bens ou presta determinados serviços para uma empresa que o contrata” (FIGUEIREDO; CARVALHO, 2010, p. 19). Isso explica essa quantidade exacerbada de correspondentes em lugares com pouco dinâmica econômica, já que seu custo, para a instituição financeira é baixo, o que facilita a atuação dessa atividade em toda a rede urbana do estado.

Nesse sentido, uma outra justificativa para esse fenômeno é que o conjunto de centros funcionalmente articulados se expressam no território rodoniense de forma bastante irregular e com uma hierarquia bem definida. Esta hierarquia foi configurada a partir das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado em cada período de sua história, e as centralidades que delas emergiram. Atualmente, apesar dos 52 municípios, apenas uma miríade de pequenos núcleos urbanos situados sob o raio de influência de algumas cidades maiores detém a maior parte dos fixos geográficos que compõem toda a rede bancária fixa.

Conclusão

Considerando que a atividade bancária é uma das mais inteligentes, sua forma de se difundir pelo território brasileiro leva sempre em consideração as diferenciações existentes e as possibilidades oferecidas pelos lugares. E isso pode ser levado em consideração para Rondônia que, apesar da especificidade da rede urbana, torna-se atrativa, mesmo que de forma concentrada, por causa de um pequeno número de municípios que detém grande parte da riqueza e do potencial econômico do estado.

Não olvidemos também que o sistema de fixos e fluxos no estado é bem escasso. Poucas são as vias de circulação que permitem uma maior integração e relação entre os lugares. Exemplo disso é que a rodovia BR 364 sinaliza a importância de menos de 8 cidades que constituem, em conjunto, a “veia” de circulação da economia de Rondônia, ligando o estado tanto a Mato Grosso como também à capital do Acre, Rio Branco.

Isso significa que a atividade financeira nos espaços fronteiriços e a difusão da rede bancária em Rondônia segue a lógica de uma grande concentração de fixos geográficos (agências, postos de atendimento e correspondentes) em uma pequena parcela de cidades. O

caso de Rondônia, especificamente, permite entender que, mais de 80% de sua rede urbana torna-se um espaço complementar ao crescimento das cidades mais importantes, a exemplo de Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena.

Por outro lado, é possível compreender também que, esses espaços fronteiriços, como os três mencionados anteriormente, criam novas relações entre lugares que ligam estratégias econômicas e financeiras desde as fronteiras, sendo que as instituições bancárias que atuam em Rondônia, Acre e Mato Grosso, por exemplo, se inserem como agentes que intensificam a financeirização da sociedade e das atividades cotidianas tanto de lugares em território brasileiro como também de lugares que situam-se em jurisdição de outros países fronteiriços.

Portanto, é possível realizar uma interpretação da dinâmica econômica dos lugares por meio da movimentação das finanças que aparecem como uma variável determinante na difusão dos agentes bancários. Estes, por natureza, concluem sua atuação por meio da territorialização de seus interesses funcionando como agentes de captação de recursos desde as áreas mais desenvolvidas do território como também de áreas opacas, como é o caso de municípios como Guajará-Mirim e Nova Mamoré, municípios brasileiros situados na faixa de fronteira com a Bolívia.

Referências

AMADO, Adriana Moreira. Impactos regionais do processo de reestruturação bancária do início dos anos 1990. In: CROCCO, Marco; JAYME JR, Frederico Gonzaga (Org.). **Moeda e território**: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 147-168.

ANTAS JR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. Associação Editorial Humanistas/FAPESP: São Paulo, 2005.

BRUNHES, Jean. **La géographie humaine**. 3ème ed. Paris: Librairie Félix Alcan, 1925. v. 2: Monographies. Liaisons avec les disciplines voisines.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1: A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTEL, Fabio Betioli. **Finanças municipais e território**: horizontalidades e verticalidades no município de Bauru (SP). 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Território e finanças:** técnica, normas e novas topologias bancárias no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-32, abr./jun. [1989] 1994.

DIAS, Leila Christina. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências:** UFRJ, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-53, 1992.

_____. Por que os bancos são o melhor negócio no país? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Que país é esse?:** pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Globo, 2005.

_____; LENZI, Maria Helena. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. In: **Caderno CRH**, Salvador, vol. 22 n. 55, p. 97-117, jan./abr. 2009.

FIGUEIREDO, Karoline de Brito; CARVALHO, Rogério Lima de. **A terceirização nas instituições financeiras, na figura do correspondente.** Belo Horizonte: Lastro, 2010.

JINKINGS, Nise. Os trabalhadores bancários em face a reestruturação do capitalismo contemporâneo. Florianópolis, **Cadernos de Pesquisa**, n. 28, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2028.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2013.

LABASSE, Jean. **L'espace financier:** analyse géographique. Paris: Armand Colin, 1974.

LENIN, V. **Imperialismo:** fase superior do capitalismo. Tradução de Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, [1917] 1979.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana:** agentes de crédito, técnicas e normas bancárias. Um exemplo em Alagoas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica:** vissitudes das ciências cacofonia na física. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano Limitada, [1939] 1963.

SANTOS, Fábio Brito dos. **Topologia bancária e economia do setor público:** a atuação do Banco do Brasil em Alagoas e a importância das folhas de pagamento das prefeituras. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia (Geografia Humana)) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5. reimp. Edusp: São Paulo, [1996] 2009.

_____. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1 – n. 1 – p. 7-13, 1999.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1979] 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

_____. O retorno do território. In: _____; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território**: globalização e fragmentação. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, [1994] 1996. p. 15-20.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2000] 2008.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. Edusp: São Paulo, [1994] 2008.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2003.

SÁNCHEZ, Joan-Eugení. **Espacio, economía y sociedad**. Siglo Veintinuno de España Editores S.A.: Barcelona, 1991.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; JAYMER JR. Frederico G. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao estado de Minas Gerais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 729-764, dez. 2013.

SILVEIRA, María Laura. Modernizações territoriais e circuitos da economia urbana no Brasil. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 14, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de Souza. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. cap. 8, p. 101-128.

Recebido em 17 de junho de 2019.

Aceito em 16 de julho de 2019.